PENSARJ ELEIÇÕES 2026 DESPERTA VALE DO TAQUARI
PATROCÍNIO: OMEGA CONSTRUINDO SONHOS EM ALTO PADRÃO | CONSTRUTORA GIOVANELLA | ARTEM CONSTRUTORA E INCORPORADORA

PRÓXIMOS GOVERNOS

Vale cobra espaço nas decisões

Líderes setoriais e prefeitas defendem continuidade das obras e atenção às necessidades dos municípios

Filipe Faleiro
filipe@grupoahora.net.br

VALE DO TAQUARI

A reconfiguração dos parlamentos e do Executivo gaúcho acompanha a cobrança de mais atenção às necessidades regionais. É o que afirmam líderes setoriais e as prefeitas de Lajeado, Gláucia Schumacher, e de Estrela, Carine Schwingel.

Pelas análises locais, o resultado das urnas precisa assegurar espaço às demandas regionais, preservar investimentos e transformar promessas em ações. Com a eleição de Roberto Lucchese, a mobilização por representantes do Vale passa à cobrança pelo trabalho dos eleitos.

Para Cintia Agostini, a presença de representantes locais precisa significar mais do que o encaminhamento de recursos. "Representar não é enviar emenda". Ela reconhece o direito de candidatos de fora buscarem votos no Vale, mas destaca a importância de ter quem conheça as particularidades locais e defenda a região nas decisões. "Quando precisar, vai defender a região dele, e está tudo certo. E nós também precisamos disso. É legítimo que todas as regiões tenham deputados."

Cintia lembra que as entidades discutem a representação regional há várias eleições. Como nos debates com candidatos locais em 2018 e as iniciativas posteriores para conquistar cadeiras na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados.

A prefeita Gláucia percebe mais adesão à defesa das candidaturas do Vale. Ela concorreu à Assembleia em 2022 e recorda o contato com demandas diferentes das enfrentadas em Lajeado. "Foi uma campanha bem positiva, escutar as demandas das cidades do Vale. As cidades menores, outro tipo de problema."

Desde então, observa mais envolvimento de empresas, entidades e meios de comunicação. As enchentes também reforçaram a importância da articulação entre os municípios. Na Amvat, relata, os prefeitos passaram a reunir esforços para encaminhar pedidos e negociar investimentos. "Todos se unem para conseguir, barganhar pela região. Isso tem muito mais efeito."

ARQUIVO A HORA



Convênios para projetos da reconstrução regional, como as obras no Complexo da Polar, em Estrela, estão entre os temas que precisam ser debatidos com a troca de governo no RS



FÁBIO GISCH
JURISTA

Hoje, a tendência é mais esquerda e direita. A terceira via não está se criando, e a terceira via se desidratou. É um cenário que se desenhou e cada vez vai ficar mais forte. O eleitor está pensando: por que vou votar, por que vou escolher? Então, vai sendo aquele na frente, o voto útil."

Compromissos

Em Estrela, a atenção se volta à continuidade dos projetos municipais. Segundo a prefeita Carine, são 62 obras recém-iniciadas ou a iniciar, entre elas empreendimentos ainda em licitação. "Temos muitos convênios assinados com todos os governos e ficamos na expectativa se isso vai ser cumprido", afirma. O receio envolve possíveis mudanças nos compromissos em uma eventual troca de gestores.



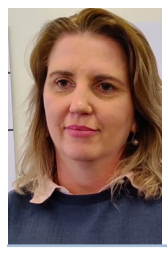
CINTIA AGOSTINI
PRESIDENTE DO CODEVAT

Representar não é enviar emenda. Quando precisar, vai defender a região dele, e está tudo certo. E nós também precisamos disso. É legítimo que todas as regiões tenham deputados. É legítimo que os candidatos venham captar votos aqui e o eleitor se identificar."

Carine explica que questionamentos das empresas podem prolongar licitações por três ou quatro meses. A preocupação se concentra nas obras ainda não iniciadas. A mudança nos governos e nos parlamentos também exige reconstruir relações para encaminhar as demandas.

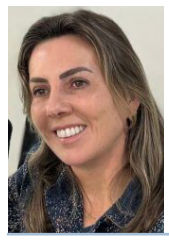
A prefeita Gláucia defende que, qualquer que sejam os governos, é preciso manter a escuta dos municípios. "Às vezes, leis, diretrizes, que nada têm a ver com o que está lá na ponta." Ela cita programas de resposta às enchentes que precisaram de ajustes porque as primeiras regras dificultavam a aplicação nos municípios.

"O governo precisa vir aqui, precisa escutar." Para a prefeita, as propostas de proteção contra cheias devem considerar a realidade de cada local. Em Lajeado, destaca a necessidade de retirar moradores das áreas alagáveis.



CARINE SCHWINGEL
PREFEITA DE ESTRELA

Temos muitos convênios assinados com todos os governos e ficamos na expectativa se isso vai ser cumprido, se permanece em eventual mudança. Muda todo o cenário, as relações, e algumas têm que ser reconstruídas. O objetivo precisa ser melhorar a vida das pessoas."



GLÁUCIA SCHUMACHER
PREFEITA DE LAJEADO E PRESIDENTE DA AMVAT

O governo precisa vir aqui, precisa escutar. Independentemente de quem vencer, vamos dialogar. Quando termina a eleição, é um governador, presidente de todos. Isso é a democracia. Passado o período eleitoral, vamos construir com todos."

Para Gláucia, a definição dos eleitos exige disposição para o diálogo. Os municípios precisam manter as relações com os governos e encaminhar as demandas, independentemente das posições assumidas na campanha. "Passado o período eleitoral, vamos conversar com todos. E o vencedor da eleição precisa entender. Deixou de ser candidato."

A execução

A presidente do Codevat avalia que os 19 candidatos ligados ao Vale apresentaram perfis e propostas complementares. Saúde e educação permanecem entre as demandas, enquanto a resiliência climática precisa integrar as decisões sobre desenvolvimento regional.

"A dificuldade aparece na passagem da intenção para a execução. Na campanha para os governos estadual e federal, faltaram explicações sobre como cumprir os compromissos anunciados. No RS, todos dizem que não vão aumentar impostos. Mas como vai ser?"

Essa mesma cobrança vale para as promessas de melhorar os serviços públicos. Na avaliação de Cintia, poucos debates limitaram o confronto entre projetos. "A indefinição também interfere na economia. Empresários adiam investimentos e decisões enquanto aguardam sinais sobre a condução dos governos".

Para o advogado especialista em direito eleitoral, Fábio Gisch, identifica o fortalecimento do voto útil e a concentração nas candidaturas mais bem posicionadas. "A terceira via se desidratou. A esquerda e direita faz com que o eleitor opte pelo voto útil. Muitos para esgotar o quanto antes a votação. A tendência é termos cada vez menos segundo turno."

JORNAL
CIDADES
Comunicação direta com os municípios do RS

Porto Alegre, segunda-feira, 5 de outubro de 2026 - Nº 187 - Ano 30 - Venda avulsa: R$ 1,00 - www.jornalcidades.com.br

SEGURANÇA

Tecnologia ajuda a melhorar índice de segurança no RS

Lívia Araújo
livia@jcrs.com.br



DGT/REPRODUÇÃO/CIDADES

Municípios que apostaram no uso de câmeras e centrais de monitoramento perceberam queda nos índice de criminalidade

Câmeras que leem placas de veículos, reconhecem rostos de foragidos e geram alertas em tempo real fazem parte, atualmente, da rotina de guardas municipais e órgãos de segurança em cerca de 50 municípios gaúchos que utilizam a plataforma da DGT Tecnologia, empresa de Estância Velha. A presença das soluções da empresa é mais concentrada em cidades do Vale dos Sinos, mas inclui regiões como o Vale do Taquari, o Sul e o Nordeste do RS.

Segundo a diretora de Tecnologia da DGT, Rita de Cássia dos Santos, até cerca de quatro anos atrás, as soluções de segurança eletrônica funcionavam de forma desconectada, com fabricantes e softwares distintos para cada finalidade. A empresa passou então a desenvolver aplicações próprias, concebidas para operar de modo integrado e colaborativo. "Um município que adere à plataforma passa a ter acesso a mais de mil dispositivos do ecossistema", explica. A empresa auxilia, inclusive, na articulação de acordos de cooperação entre as guardas municipais.

A plataforma é conectada a bases como as da Polícia Rodoviária Federal, do Alerta Brasil, do Banco Nacional de Mandados de Prisão e a listas de desaparecidos da Secretaria da Segurança Pública. No reconhecimento facial, a consulta é feita nessas bases públicas, e não em dados armazenados pela DGT. "O alerta pode chegar a mais de uma força de segurança, e não apenas ao município onde a imagem foi captada. No caso de veículos com registro de furto ou roubo, o sistema pode sugerir até uma rota para a abordagem", pontua.

A diretora afirma que o índice de assertividade do reconhecimento facial está entre 98% e 99% e que cada órgão define a similaridade mínima para que o sistema emita um alerta. Para ela, o sistema orienta, mas "a decisão, ela é policial". O operador valida o alerta em tela e o repassa a uma guarnição treinada para a abordagem, a fim de evitar que se aborde a pessoa errada ou um veículo já recuperado. A DGT oferece uma operação assistida para que os clientes definam seus procedimentos. Rita também diz que a identificação se baseia em medidas da face e que "isso não tem vieses", e acrescenta que a empresa atua em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Em Novo Hamburgo, o Smart NH, operado pela Guarda Municipal, reúne cerca de 1.300 câmeras, 399 delas com reconhecimento facial, além de 165 pontos de leitura de placas. À Câmara de Vereadores, o Executivo informou custos de cerca de R$ 352 mil mensais com manutenção e de cerca de R$ 4 milhões anuais com a operação. No primeiro semestre de 2026, 97 foragidos foram presos com apoio do sistema, ante 68 no mesmo período de 2025, alta de 43%, segundo informações da assessoria de imprensa da DGT. Rita destaca o envolvimento da Guarda Municipal e do batalhão da Brigada Militar da cidade na operação dos sistemas.

Em Lajeado, o Pacto Lajeado pela Paz, desde 2019, tem 132 câmeras em 28 bairros, 42 com leitura de placas, e a central funciona junto ao 22º Batalhão de Polícia Militar. Dados da SSP apontam que furtos e roubos de veículos caíram 85% em cinco anos, e os roubos a pedestres, 89%. Os números refletem o conjunto das ações de segurança de cada município, e não apenas a tecnologia, aponta a diretora.

Municípios menores também aderiram. Em Torres, o projeto Te VI prevê 110 câmeras, 24 de cercamento, com pontos em escolas municipais e postos de saúde; a instalação começou em janeiro de 2026. Em Morro Reuter, estão previstas 30 câmeras, quatro de leitura de placas, com investimento de R$ 495 mil, entre emenda parlamentar e contrapartida da prefeitura.

Os contratos da DGT com prefeituras variam de R$ 3 mil a R$ 20 mil mensais, em municípios menores, a mais de R$ 100 mil, nas maiores. A contratação ocorre por licitação, inclusive via consórcios, ou por inexigibilidade, já que as soluções são patenteadas. Empresas privadas também podem contratar pontos e autorizar o envio de imagens à segurança pública. A Brigada Militar e a Polícia Civil usam a plataforma sem custo, o que, segundo Rita, reflete a "responsabilidade social em fazer com que isso se dissemine".

Integração de iniciativas e aumento no portfólio de equipamentos amplia operação de empresa de Estância Velha

A DGT Tecnologia, de Estância Velha, que completa 20 anos em novembro, já investiu cerca de R$ 12 milhões para se converter de uma empresa integradora de soluções de terceiros para uma desenvolvedora de tecnologia própria, segundo a diretora de Tecnologia, Rita de Cássia dos Santos. Só em 2026, os aportes somam cerca de R$ 6 milhões.

Até 2022, a diretora conta que a DGT comprava hardware e software de fabricantes e os integrava para vender aos clientes. Rita afirma que a experiência mostrou a necessidade de uma solução "tropicalizada, brasileira" e totalmente integrada, o que levou ao desenvolvimento de software próprio. A empresa, originalmente de Novo Hamburgo, tem sede própria em Estância Velha há cerca de três anos e meio.

Entre os planos, estão a ampliação da base em Santa Catarina e em Mato Grosso, onde a DGT tem filiais e atende Cuiabá e municípios do interior, e um plano comercial de "dominância territorial" no Rio Grande do Sul. Também pretende abrir a plataforma a outras integradoras, o que, segundo Rita, a colocaria como fabricante de aplicações para segurança.

A diretora esteve recentemente na Colômbia, com o diretor executivo da empresa, em um congresso sobre mobilidade urbana. Vários municípios demonstraram interesse em adquirir o cercamento eletrônico em ampla escala. Para atender ao mercado colombiano, a aplicação precisará ser adaptada: "agora temos esse dever de casa", diz Rita.

Em Novo Hamburgo, a DGT apresentou em 31 de julho, no Calçadão Osvaldo Cruz, um drone autônomo que deve reforçar a Guarda Municipal. Segundo Rita, não há data para o início da operação, que depende do cronograma do município. Uma equipe está em treinamento para operar o equipamento, que, segundo a matéria publicada pelo Jornal Cidades em julho, tem voo autônomo por inteligência artificial, câmera termográfica, transmissão em 4K e raio de até 10 quilômetros. Ele será mais um dispositivo de captura de imagens conectado à plataforma.



DGT/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Empresa já investiu cerca de R$ 6 milhões somente em 2026 para criar tecnologia